



VOL. 6 | N. 11 | JAN/JUN DE 2020 | ISSN 2359-4489

DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS: RELAÇÕES E DINÂMICAS ENTRE PORTUGAL, ÁFRICA E AMÉRICA (SÉCULOS XVII - XIX)



FACES DE CLIO

Notas sobre contribuições da perspectiva Atlântica para a historiografia brasileira do pós-abolição

*Cleudiza Fernandes de Souza*¹

Resumo: A proposta deste trabalho é fazer algumas reflexões acerca de possíveis contribuições da perspectiva da História Atlântica para a historiografia atual do pós-emancipação no Brasil, numa visão continuada. Para tal, serão levantados alguns questionamentos, bem como um levantamento bibliográfico de obras que tratem da questão das trocas atlânticas, comparações e seus desdobramentos. O artigo permeará indagações acerca dos desafios da contemporaneidade em unir as duas abordagens historiográficas e o debate de possíveis caminhos para o encontro das duas perspectivas, campos esses que podem ganhar significativamente a partir desse cruzamento teórico.

Palavras-chave: História Atlântica, migrações, pós-abolição.

Notes on Atlantic perspective contributions to Brazilian post abolition historiography

Abstract: This work aims to elaborate on some reflections about the possibilities of contribution of the Atlantic History perspectives to the contemporary historiography concerning the post emancipation period in Brazil, in a continued vision. Aiming so, we will make some questions, as well as a bibliographic survey of academic pieces that work the Atlantic exchanges, comparisons between them and its consequences. This article contains questions about the contemporary challenges when it comes to merge two different historiographic approaches and the debate of possible ways to conjugate both perspectives, knowing that both fields can improve themselves with such encounter.

Keywords: Atlantic History, migration, post abolition.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Bolsista financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail para contato: cleosouzalh@gmail.com

Nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1980, houve um crescimento notável de trabalhos sobre o pós-emancipação no Brasil. Para além da quantidade, o período marca a renovação desses estudos no âmbito dos objetos e também no uso de metodologias. A antiga visão de se pensar os ex-cativos somente como sujeitos “largados à própria sorte” cede lugar a concepções mais abrangentes, que pensam esses atores sociais como indivíduos atuantes, criadores de novos espaços de sobrevivência e projetos culturais.

Ana Lugão Rios e Hebe Mattos, num marcante artigo sobre o contexto do pós-cativeiro no Brasil, fizeram uma revisão estipulando as modificações historiográficas em torno do período. Segundo as historiadoras, torna-se cada vez mais relevante conceber análises que saiam da leitura estrutural e da ótica da marginalidade, ressaltando as estratégias empreendidas pelos ex-cativos em liberdade.² Ainda, para as autoras, é importante levarmos em conta, ao investigarmos essas trajetórias, as variáveis de espaço, gênero, projetos políticos e outros fatores que possam ter interferido nos resultados dessas ações e que nos ajudariam a compreendê-las.³

As possibilidades de palcos de atuações sofreram uma significativa expansão, trazendo à tona as lutas intelectuais e políticas empreendidas por aqueles indivíduos que tiveram origem escrava. Martha Abreu e Carolina Vianna Dantas chamam atenção para uma historiografia sobre a Primeira República que se conecte com o pós-abolição e que também privilegie a participação política dos negros.⁴ Por mais limitante que tenha sido a abertura política do referido contexto, faz-se importante levar em consideração que essas camadas populacionais estavam se movimentando dentro de suas possibilidades e tentando negociar projetos alternativos em meio ao jogo político, que visassem uma República mais democrática e inclusiva.⁵

Mas não foram somente os estudos sobre pós-abolição que passaram por mudanças nos últimos tempos. No conjunto dos trabalhos internacionais envolvendo análises de cunho

²MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria Lugão. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

³MATTOS; RIOS. *op. cit.* 2004, p. 173.

⁴ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. “É chegada a ocasião da negrada bumar: comemorações da Abolição, música e política na Primeira República”. *Varia história*. 2011, vol. 27, n.45, pp. 97-120.

⁵As autoras trabalham especificamente, nesse caso, com as trajetórias de Monteiro Lopes (primeiro político assumidamente negro a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro) e Eduardo das Neves, o “crioulo Dudu” (músico, artista e o primeiro negro a assinar um contrato com a Casa Edison, primeira gravadora do Brasil e América do Sul), demonstrando como cada um, ao seu modo, contribuiu na luta política por uma República mais inclusiva. ABREU; DANTAS. *op. cit.*, 2001.

racial, aqueles que diziam respeito ao continente africano também ganharam novas leituras. As Independências dos países africanos ocorridas ao longo do século XX trouxeram outros questionamentos acerca das identidades e nacionalismos. “O que nos faz África?” ou “como criar uma unidade política respeitando as diferenças étnicas?” foram algumas das indagações insurgidas com a abertura do contexto de descolonização no continente.

Isso abriu espaço para uma reelaboração historiográfica pautada na ideia da “superioridade africana”, indo contra a concepção construída anteriormente numa primeira corrente, que via aqueles povos enquanto inferiores a partir da falácia da suposta ausência de uma cultura escrita.⁶ O perigo, como apontado por autores como Mariana Schlickmann, é que essa nova construção acabou por substituir a anterior com uma tradição de exaltação a mitos e fatos heroicos, assemelhando-se mais a uma História dos grandes feitos europeus do que de fato a uma que privilegiasse as peculiaridades das trajetórias dos povos africanos.⁷

Posteriormente começa-se a pensar, porém, uma História da África de uma perspectiva não-factual e que privilegiasse de fato os processos históricos e sociais do continente. Teorias mais refinadas são lançadas, ao lado de novos objetos.⁸ Nesse prisma, uma das grandes contribuições advindas recentemente pelos africanistas foi aquela que passou a pensar os territórios africanos não como locais isolados, mas em consonância com outros lugares, temporalidades e trajetórias. O Atlântico passa a ser visualizado como um ambiente de trocas, onde todos os seus espaços formam um tipo de conexão sem perder de vista suas peculiaridades históricas, políticas e culturais. A História Atlântica começa a se desenvolver.

Muitos estudiosos brasileiros, em seus trabalhos que investigam períodos até o século XIX, já usaram a perspectiva atlântica como base para pensar seus objetos de maneira mais ampla e interrelacional, por exemplo, ao se analisar biografias de africanos trazidos para o Brasil durante o tráfico de escravos.⁹ Mas um dos grandes desafios dos historiadores sem dúvida reside ainda nas dificuldades em captar contribuições mais efetivas da História Atlântica para temporalidades mais recentes como o próprio pós-emancipação, citado no início do texto. Uma das críticas aludidas por autores como Nathaniel Millet é que dentro

⁶SCHLICKMANN, Mariana. História da África e História Atlântica: contribuições e possibilidades. *Revista ABPN* – v.8, n. 19 – Dossiê Estudos Sobre o Negro em Educação, 2016.

⁷SCHLICKMANN, *op. cit.* 2016, p. 234-235.

⁸Ibidem, p. 236-237.

⁹Ver trabalhos como REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a aboli o do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

dessa perspectiva há pouca atenção para as experiências atlânticas do pós-abolição vivenciadas por pessoas de ascendência africana.¹⁰

Desta forma, o objetivo deste trabalho é realizar algumas possíveis relações entre as duas linhas teóricas, que possam contribuir de alguma forma para uma reescrita de ambas. A partir de uma visualização de investigações de cunho racial de forma mais amplificada, pretende-se aqui lançar algumas notas acerca das conexões atlânticas, que possam ajudar na elucidação de formas variadas de se analisar o período pós-cativeiro no Brasil, bem como seu contexto de emancipações.

Compreendendo um pouco sobre História Atlântica

A dinâmica de trocas e transmissões advinda a partir de movimentos como a diáspora negra, entre as diferentes partes do Atlântico, gerou uma autêntica cultura na modernidade que não se limita a fronteiras étnicas ou nacionais.¹¹ Compreender a presença dessa autenticidade cultural é um dos grandes objetivos da História Atlântica. Essa perspectiva tenta fugir de lugares comuns – e mesmo leituras ocidentais – como Império, Colônia ou Nação, abrindo para a visualização do global e do regional.¹² É importante ressaltar ainda que se trata de uma leitura que ajuda a expandir a noção sobre o continente africano para além do ideário generalizante, ou em outras palavras, pensando nas diversas “Áfricas”: a diversidade de suas etnias e suas infinitas possibilidades de organização social, política e cultural.

Antes das teorias transatlânticas aparecerem e ganharem força, contudo, outras importantes leituras sobre História da África emergiram em diferentes lugares do mundo, como mencionamos brevemente na introdução do texto. Ainda no século XIX, partidários da correte calcada como Afrocentrismo propuseram repensar o continente como “berço da civilização” e do pensamento filosófico.¹³ Ao contrário da corrente eurocêntrica, que argumentara que povos africanos seriam incapazes de criar uma “cultura civilizada”. O Afrocentrismo, como argumenta Paulo Farias, não é uma teoria monolítica.¹⁴ Portanto, ao

¹⁰MILLET, Nathaniel. An analysis of the role of the study of the African Diaspora within the field of the Atlantic History. In: *African and Black Diaspora*. Chicago: n.1, 2011, p. 21-34.

¹¹Importante realçar que essa cultura não é rígida ou estática. Está em constante fluxo de modificação.

¹²SCHLICKMANN, *op. cit.*, 2016, p. 237-238.

¹³FARIAS; P. F. de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. *Afro-Ásia*, n. 30, 2003, pp. 317-343.

¹⁴FARIAS; P.F. *op cit*, 2003, pp. 317-318.

longo do tempo, teve uma extensa genealogia teórica, com contribuições de nomes como Franz Boas, Melville J. Herskovits e M. K. Asante.¹⁵

A perspectiva afrocêntrica contribuiu (e contribui) em suma para uma leitura filosófica e historiográfica que pretendeu retirar a história da África da tutela e estigmatização de um pensamento de centralização ocidental. Tanto é que se tornou uma formulação amadurecida, que alcançou um lugar de respeito acadêmico e se modificou bastante. Nem de longe pretendemos desmerecer esse movimento teórico. Todavia, ainda guardava em suas entrelinhas uma certa leitura estrutural sobre os países africanos, caindo muitas vezes em narrativas de heroização e panafricanismo exacerbado, acabando por repetir erros de abordagens anteriores. Como lembramos de antemão, há uma diversidade de etnias, culturas e povos que faz com que o continente se torne várias “Áfricas” e que as identidades sejam múltiplas e não-estáticas.

Em meados da década de 1980, uma nova perspectiva crítica, trazida por historiadores como Paul Lovejoy e John Thornton, começa a visualizar os estudos africanistas de uma nova forma, tentando romper definitivamente com a herança eurocêntrica e homogeneizante. Passa a ler inclusive os africanos como verdadeiros agentes históricos, para além do panorama da violência da colonização. A História Atlântica, se refinando nessa nova abordagem, começa a trabalhar não só essas questões, mas a cultura advinda com as trocas entre as diferentes partes do Atlântico, no esforço de não generalizar e nem isolar as condições africanas. Devemos ressaltar que a transtlanticidade, como mesmo diz o nome, não diz respeito apenas à História da África. Mas tais abordagens nos aparecem como indissociáveis.

Mas como tantas outras construções historiográficas, essa concepção não era nova e ganhou diversas roupagens, sofrendo questionamentos e reelaborações. Pode-se afirmar que a História Atlântica tem passado, ainda na atualidade, por contínuos debates que colaboram para a consolidação que o campo ganha, progressivamente. Veremos ainda que muitas daquelas metodologias usadas por esses novos historiadores já vinham sendo ensaiadas em trabalhos anteriores, até mesmo entre estudiosos brasileiros.

Os jornalistas Forrest Davis e Walter Lippmann resgataram, na década de 1940, a terminologia “atlântica” como uso político, para se referirem a uma nova comunidade forjada

¹⁵Recomendamos a leitura de ASANTE, M. K. *Afrocentricity. The Theory of Social Change*. Chicago: African American Images, 1980.

nos Estados Unidos no pós-segunda guerra.¹⁶ Segundo Mariana Schlickmann, esses autores pautavam “que a civilização ocidental tinha suas raízes em tradições greco-romanas e judeu-cristãs, e que por essa descendência, todos partilhavam de uma cultura em comum”.¹⁷ Os primeiros trabalhos sobre História Atlântica, realizados entre as décadas de 1940 e 1950, eram, portanto, muito diferentes daqueles que conhecemos hoje e ainda estavam muito presos aos modelos de civilizações ocidentais e aspectos estruturais.¹⁸ De lá para cá muita coisa mudou, mas diferentes visões se consolidaram. David Armitage divide o campo, de forma geral, em três conceitos principais: a história *cis*-atlântica, a história *circum*-atlântica e a história *trans*-atlântica.¹⁹

A história *cis*-atlântica, segundo Armitage, diz respeito ao trabalho com lugares particulares, e como estas particularidades se construiriam dentro de uma rede maior de conexões.²⁰ O trabalho de oito volumes de Huggette e Pierre Chaunu apareceria, na visão do autor, como o “maior monumento de história *cis*-atlântica” feito até então.²¹ Ainda segundo Armitage, esse tipo de história, se aproximando do modelo da *circum*-atlântica, não se concentra no Oceano como objeto principal em si, mas nos tipos de relações que são firmados nas relações com ele.²² Ou seja, seria uma história nacional ou regional dentro do contexto Atlântico.

O segundo modelo, de *circum*-atlântica, trataria de uma história transnacional do mundo atlântico, visualizando-o a partir de uma forma particular de transmissões, trocas e circulações.²³ Apesar de ser talvez o exemplo mais evidente de como se faria o trabalho de História Atlântica na prática, foi o que teve menos investigações até então. Além disso, Armitage, diferenciando esse modelo do conceito anterior, pontua a relevância da não-limitação dos objetos observados às fronteiras nacionais. Nesse sentido, para o autor:

¹⁶SCHLICKMANN, *op. cit.*, 2016, p. 240.

¹⁷O objetivo dessa argumentação era oferecer bases à formação de uma aliança internacional anticomunista. *Ibidem*.

¹⁸Schlickmann cita como exemplo os trabalhos de Jacques Godechot (1947), Michael Kraus (1949) e R. R. Palmer (1959). *Ibidem*, p. 241.

¹⁹ARMITAGE, David. “Três conceitos de história Atlântica”. *História Unisinos* 18(2):206-217, Maio/Agosto 2014.

²⁰ARMITAGE, David, *op. cit.* 2014, p. 212.

²¹CHAUNU, Huggette.; CHAUNU, Pierre. 1955-1959. *Seville et l’Atlantique, 1504- 1650*. Paris, Armand Colin, 8 vols. Apud. ARMITAGE, David, 2014, p.213.

²²ARMITAGE, David, *op. cit.* 2014, p. 213.

²³*Ibidem*, p. 209.

A história circum-atlântica é a história transnacional. Sua cronologia convencional começa justamente no período associado ao surgimento do Estado, ou seja, no final do século XV e início do século XVI, e termina pouco antes da época dos Estados nacionais, em meados do século XIX. Impérios e monarquias compósitas, e não Estados, foram as unidades políticas características dessa era (Elliot, 1992, p. 48-71). A história do mundo atlântico tem sido contada muitas vezes como a somatória das histórias desses impérios, mas tal história teria necessariamente que englobar apenas uma perspectiva europeia sobre o sistema atlântico. Uma verdadeira história circum-atlântica elude a história dos Estados nacionais cronologicamente; ultrapassando geograficamente as fronteiras dos impérios, como aqueles lingotes de prata que foram levados do império espanhol americano para a China, criando uma ligação entre o mundo atlântico e o comércio asiático que foi identificada como o ponto inicial para uma economia verdadeiramente global no século XVI (Flynn e Giráldez, 1995, p. 201-221).²⁴

A história circum-atlântica, portanto, pretende ir além da cronologia de Impérios africanos estipulado a partir de uma leitura ocidental. Já o terceiro conceito tratado por Armitage, de trans-atlântica, diz respeito à história do mundo atlântico contada pela via das comparações. Concentrando-se principalmente em análises sobre a região costeira do Oceano, esse modelo admite a realização do trabalho pela perspectiva de Estados e Nações, diferentemente da anterior.²⁵ Para o historiador britânico, “tais comparações podem ajudar a definir mais precisamente as características históricas de segmentos do mundo atlântico”.²⁶ Sua etapa fora do modelo comparativo assemelha-se ao parâmetro da história cis-atlântica. De maneira geral, todos esses modelos podem ser trabalhados para se pensar as dimensões e trocas do mundo atlântico. Por não necessariamente se anularem, são visões que inclusive podem, por ventura, acabar aparecendo no mesmo modo investigativo.

Sem dúvida alguma, um dos trabalhos mais completos e reconhecidos até o momento sobre a perspectiva atlântica diz respeito àquele desempenhado por Paul Gilroy²⁷. Centrando-se nos exemplos da escravidão moderna e do racismo, o autor traz dimensões e discussões que ajudam a compreender as trocas, organizações sociais e as relações presentes entre as categorias de raça, cultura, etnicidade e nacionalidade.²⁸ Os deslocamentos e as identidades forjadas nos desenraizamentos do mundo atlântico são o que mais interessam ao autor em sua obra. Mais do que trabalhar as origens, Gilroy ressalta a importância dos historiadores em

²⁴Ibidem, p. 210.

²⁵Ibidem, p. 211.

²⁶Ibidem, p. 212.

²⁷GILROY. Paul. Paulo Gilroy, *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

²⁸GILROY. Paul, *op. cit.* 2002, p.34.

usarem as movimentações do Atlântico como um objeto de análise amplo, para a produção de uma perspectiva transnacional e intercultural.²⁹

Bebendo da teoria de “dupla consciência” elaborada por Du Bois, Gilroy defende o entendimento das identidades enquanto processos de movimentação e mediação.³⁰ As identidades negras sofrem mudanças com eventos como a diáspora e também com a modernidade. O autor usa a analogia do navio em movimento enquanto organizador social, para exemplificar essas trocas e construções de novas identidades.³¹ Além disso o navio insurge, nessa analogia, como um canal de comunicação pan-africano.

Outro ganho trazido pelo trabalho de Gilroy é a retomada a um debate que coloque em crítica noções generalizantes em torno da construção de identidades raciais. Para o autor, a ideia de um panafricanismo exacerbado e a existência da formação de uma comunidade negra unitária é perigosa e limitante.³² Por outro lado, esvaziar a cultura negra moderna em detrimento de uma perspectiva nacionalista, para o autor, é tão generalizador quanto. Por mais que haja pesquisadores contemporâneos que façam o esforço de se afastarem das visões românticas de “raça”, “povo” e “nação”, Gilroy recorre à necessidade de fazermos um debate realmente honesto e suficiente entre as perspectivas de exaltação racial e nacionalista. Para explicar a complexidade dessas identidades em movimento, o autor cita, entre outros exemplos, o caso dos viajantes negros americanos que iam para a Europa e ao saírem dos laços restritivos sobre etnia e nação, mudavam suas percepções acerca da dominação racial.³³

No Brasil, a investigação de Luís Felipe de Alencastro em torno da consolidação da escravidão africana nas Américas pode ser um outro bom caso do uso da “metodologia transatlântica” para a compreensão de determinados objetos³⁴. Em seu argumento principal, de que Brasil e Angola formariam um só sistema de exploração colonial, o historiador demonstra uma complementariedade e interdependência entre as duas partes do Atlântico, ainda que marcada por mecanismos de relações de poder evidentes. Nesse sentido, as partes do Oceano e suas trocas tornam-se o eixo central de investigação, e é essa singularidade,

²⁹Ibidem, p.57.

³⁰Ibidem, p. 65.

³¹Ibidem, p. 38.

³²Ibidem, p. 85-86.

³³Ibidem, p. 62.

³⁴ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

segundo Alencastro, que marcaria a formação do Brasil até sua contemporaneidade. Sem dúvida alguma, caso Alencastro realizasse uma análise isolando os lugares e processos sociais escolhidos, essa riqueza de resultados e detalhes não seria possível.

Tanto o trabalho de Gilroy quanto Alencastro esforçam-se, portanto, para ligar a compreensão dos objetos transatlânticos a uma temporalidade que traga análises para a contemporaneidade. Aqui, voltamos à nossa questão principal, a de esmiuçar possibilidades que façam a ponte analítica entre a História Atlântica e o estudo do pós-emancipação. Entender a flexibilidade de identidades, a importância dos movimentos migracionais e as consequências que essas trocas podem trazer a épocas mais recentes podem ser algumas pistas iniciais. Mas é preciso não nos fixarmos somente à questão da temporalidade para ligar os dois contextos; lembremos que a factualidade aqui não é o ponto central e que há outros pontos presentes na transatlanticidade que podem auxiliar, e muito, numa escrita historiográfica das emancipações. A seguir, a partir do viés das investigações pautadas em biografias e trajetórias individuais, tentaremos usar um pouco mais de ambas as metodologias para oferecer algumas alternativas.

Entender de onde viemos para compreender onde chegamos: Biografias e trajetórias transatlânticas

Os três homens me agarraram e me prenderam de braços sobre o canhão; foram ordenados a açoitar-me, o que fizeram com bastante diligência; ele então exigiu que eu me submetesse e lhe implorasse por misericórdia, mas isso eu não faria. Eu disse a ele para me matar se assim o quisesse, mas por misericórdia em suas mãos eu não iria implorar! Naquele dia, enquanto examinava meu corpo dilacerado sangrando, refleti que embora estivesse machucado e despedaçado, meu coração não estava subjogado.

(...) Quando chegamos ao salão do prédio, este estava apinhado de gente de todos os tipos, e um grande número de pessoas estava em pé, próximo às portas e às escadarias, e espalhadas pelo pátio. Alguns conversavam, outros apenas passavam o tempo andando para lá e para cá. O consul brasileiro estava lá e quando fomos chamados, perguntaram-me se desejávamos permanecer ali ou voltar para o Brasil. Respondi pelo meu companheiro e por mim que nós não desejávamos voltar, mas a escrava que estava conosco disse que ela voltaria. Não tenho dúvidas de que ela preferiria ficar mas, vendo o capitão ali, ficou intimidada e teve medo de dizer o que pensava, e o meu companheiro também. Eu, por outro lado, disse audaciosamente que preferia morrer do que voltar ao cativeiro.³⁵

³⁵LARA, Sílvia Hunold. “Biografia de Mahommah G. Baquaqua”. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n.16, 269-284.1988.

Os dois trechos relatados acima são passagens traduzidas daquele que talvez seja um dos exemplos biográficos mais profundos e ricos de uma experiência transatlântica já registrada: a autobiografia de Mahommah G. Baquaqua, ex-escravo. Editado e publicado originalmente por Samuel Moore em 1854, o documento autobiográfico demonstra os percalços vividos pelo ex-cativo de raízes islâmicas advindo do Norte da África e vendido para o Brasil, em torno de 1845³⁶. Chama atenção pela riqueza de detalhes de narração do violento cotidiano do tráfico. Baquaqua foi escravizado em Pernambuco pela família de um padeiro e posteriormente vendido para o Rio Grande do Sul. Consegue se deslocar para os Estados Unidos, onde fugiu para conquistar sua liberdade. Vai para o Haiti e depois retorna ao país norte-americano, migrando para o Canadá e Inglaterra. Engaja-se na luta abolicionista.

Críticas advindas com a primeira geração dos *Annales* nas primeiras décadas do século XX - em torno de uma historiografia até então pautada, prioritariamente, nas trajetórias dos “grandes heróis” e das elites - acabaram por afastar o uso das biografias do campo historiográfico.³⁷ Só anos depois essas trajetórias foram retomadas, porém com o uso de novas metodologias, mais críticas e questionadoras, além da busca por uma maior variedade social de histórias individuais³⁸. Esses casos agora, diferentemente dos usos anteriores, passam a ser utilizadas pelos historiadores para elucidar e compreender melhor os períodos e universos culturais vivenciados por esses personagens, bem como os seus limites e como os ultrapassaram. E não para consolidar, meramente, uma memória oficial.

Trabalhar com biografias requer grandes cuidados para não se cair em armadilhas. Um deles é o entendimento de que as trajetórias dos personagens não são histórias previsíveis ou pautadas por uma linearidade exata. Além disso, o historiador deve ter a sensibilidade de compreender e ligar essas trajetórias a conjuntos sociais maiores, como citado anteriormente, porém sem prender esses caminhos individuais aos limites do contexto.

O historiador João José Reis constituiu, ao mapear os caminhos do africano Domingos Sodré, um outro exemplo de trajetória transatlântica.³⁹ Nascido em Onim, Lagos (atual Nigéria) e vindo como escravizado para a Bahia em 1797, Domingos conquista sua alforria anos depois e ganha prestígio social como curandeiro em Salvador, na figura de um Babalaô

³⁶BAQUAQUA, Mahommah G. *Biography of Mahommah G. Baquaqua: A native of Zoogoo in the interior of Africa*. Edited by Samuel Moore, Esq. Detroit: George E. Pomery and Co. Tribune Office, 1854.

³⁷Geração composta por nomes como Marc Bloch e Lucien Febvre.

³⁸Ver trabalhos como RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

³⁹REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Ifá.⁴⁰ Reis vai muito além da descrição de uma biografia, mas mergulha nos diversos tipos de fontes para captar os rastros de Sodré, praticamente numa espécie de “paradigma indiciário”.⁴¹ Seus esforços parecem se assemelhar muito àquilo proposto por Gilroy: interessa menos a origem, mas as identidades forjadas no deslocamento. E isto não quer dizer que as identidades originárias sejam deixadas de lado: na realidade, o que se observa é sua reelaboração. Ao analisar as nuances da vida de Sodré, Reis ainda consegue recompor aspectos religiosos, culturais, sociais e políticos da sociedade setecentista baiana, com riqueza de detalhes.

Apesar das duas biografias – de Sodré e Baquaqua – ocorrerem, respectivamente, nos séculos XVIII e XIX, há muito a se ganhar ao pensarmos as metodologias biográficas atlânticas para outros períodos. Pensemos no pós-abolição, como mencionado de início. Mesmo em contextos diferenciados, essas trajetórias elucidam muito sobre uma história das emancipações. Pensar os processos de alforrias dentro do contexto da escravidão moderna nos leva a compreender os processos que levaram ao pós-cativeiro. Além disso, por meio de análises comparativas, é possível delinear alguns emblemas, vivências e dificuldades acerca das experiências dos alforriados, ainda em período escravista e dos libertos, já no pós-emancipação. Por ventura, ainda, pode-se compreender um pouco sobre a história do racismo, como este se consolida em cada momento específico, suas continuidades e rupturas.

Outro ponto importante para se pensar as duas linhas teóricas é a própria questão dos deslocamentos. Para muitos ex-cativos, no meio rural do pós-emancipação, estar em movimento era o meio possível para buscar estabilidade e um local para se fixar. Este seria o chamado “campesinato negro itinerante”, termo criado por Ana Lugão Rios e Hebe Mattos para especificar esse grupo.⁴² Segundo as autoras, a expressão foi a única encontrada para resumir o modo de vida tomado por esses sujeitos, no que se refere à itinerância em busca de uma possível estabilidade. Autonomia frente aos proprietários, ter uma roça e condições mais favoráveis eram o que as autoras expressaram como um “sentimento que poderia ser descrito pela persistência de um projeto camponês”⁴³.

⁴⁰Divindade da adivinhação.

⁴¹Faço referência ao método de paradigma indiciário tratado por Carlo Ginzburg.

⁴²MATTOS; RIOS. *Memórias do cativo*: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 252.

⁴³MATTOS; RIOS, *op. cit.* 2005, p. 252.

É claro que estamos pensando em desenraizamentos bem diferentes. Rios e Mattos tratam daquelas movimentações ocorridas ainda em solo brasileiro, enquanto as outras trajetórias citadas anteriormente tratam daquelas ocorridas ao longo de outras partes do Atlântico. Além disso, há o fato de extrema relevância de estarmos falando, nesses casos, de experiências de cativo e liberdade, de condições e possibilidades opostas: sem dúvida alguma, o desenraizamento forçado provocado pela violência da escravidão possui outras variáveis, de outras dimensões. Seria absurdo colocarmos as duas oposições no mesmo patamar. Mas seria relevante pensarmos a história dos descendentes desses africanos como uma continuidade de seus percursos atlânticos: se o desenraizamento anterior forjou novas identidades, sensações e desafios, aqueles ocorridos por seus sucessores, na posteridade, também deram resultado a outras formas de vida. Não se trata aqui de uma simples comparação entre ambas as experiências, mas de uma possível observação em torno das variações, expectativas e dificuldades que resultaram desses tipos de movimentações geracionais, numa espécie de visão continuada.

O desejo de migrar após a abolição poderia, em determinadas situações, estar também ligado à vontade de estabelecer distanciamento das antigas marcas de dominação senhoriais.⁴⁴ Por mais que fosse lucrativo aos antigos proprietários manterem seus ex-cativos como mão-de-obra ou dependentes, a estratégia que antigos senhores utilizaram, de tentar “prender” os libertos em suas terras a partir de laços de gratidão, nem sempre funcionou. Os deslocamentos poderiam ser, portanto, também novas formas de se incluírem na sociedade e conseguir esse afastamento das velhas marcas com o cativo, firmando-se como cidadãos livres. Se durante o tempo de cativo as mudanças de local estavam ligadas às vendas forçadas ou mesmo fugas para conquista da liberdade, agora no pós-emancipação essas movimentações insurgiriam de outros desafios. A trajetória atlântica não foi; ainda é, no pós-abolição.

Outra dimensão para se pensar esses movimentos migratórios numa perspectiva continuada é a própria circulação atlântica de ex-escravizados advinda com o pós-emancipação. Há ainda muito a se investigar, por exemplo, em relação àqueles libertos que retornaram a regiões da África após o decreto da abolição no Brasil. Quais experiências culturais foram ressignificadas com esse retorno, como se constituíram socialmente e as

⁴⁴SILVA, Lúcia Helena Oliveira. “Emergindo do silêncio: libertos e afro descendentes no pós-abolição (1888/1930)”. *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2009, p. 2. Disponível em: <<http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos4/luciahelenaoliveira.pdf>> Acesso em: 19/12/2019.

relações com suas trajetórias anteriores são possíveis indagações que podemos realizar ao dimensionarmos esse tema enquanto objeto. Os diálogos entre História e Literatura podem, nesse sentido, nos servir como apoio. Em *A casa da água*, do mineiro Antônio Olinto, o escritor é inspirado pela história de dona Romana, que teria chegado à África num dos últimos navios de retornados.⁴⁵ Segundo Eurídice Figueiredo, os retornados do Brasil (e mesmo alguns de Cuba) eram denominados brasileiros ou Agudás – apesar de não serem, em maioria, nascidos aqui.⁴⁶ Reivindicavam essa identidade para se diferenciarem da sociedade e entraram, em alguns momentos, em conflitos hostis com membros da população local.

Portanto, seria interessante analisar esses movimentos transatlânticos no pós-abolição de maneira mais aprofundada. O que as experiências culturais reelaboradas, identidades reivindicadas e forjadas podem nos revelar sobre uma História Atlântica do pós-emancipação? Porque e como essas pessoas estão circulando? Quais novas expectativas de vida estão se formando com esses deslocamentos? Para tal, trajetórias individuais surgem como grande elemento investigativo. Os trabalhos realizados até o momento, de foco em biografias dessas pessoas, podem nos servir como base metodológica relevante para o alcance de tais objetivos.

Mulheres atlânticas: Usos da categoria de gênero e produções femininas para o entendimento de caminhos anteriores e recentes

Enquanto os mais conhecidos trabalhos sobre História Atlântica começavam a se desenvolver em outros países, na figura de estudiosos como o já citado britânico Paul Gilroy, algumas constatações sobre o tema já vinham sendo efetuadas aqui no Brasil. A historiadora e ativista negra Beatriz Nascimento já vinha realizando indagações sobre eixos relacionados a essa temática, em suas pesquisas e discursos. Por meio das noções de “transmigração” e “transatlanticidade”, a pesquisadora já efetuava a relação entre corporeidade negra e espaço, assim como experiências de deslocamento.⁴⁷ Além disso, antes mesmo da categoria de interseccionalidade receber nome, no final da década de 1980 nos Estados Unidos, Nascimento já vinha realizando investigações que contemplavam o cruzamento entre os

⁴⁵OLINTO, Antônio. *A casa da água*. (1ª edição: 1969). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

⁴⁶FIGUEIREDO, Eurídice. “Os brasileiros retornados à África”. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Diálogos Interamericanos*, no 38, p. 51-70, 2009.

⁴⁷“Beatriz Nascimento – Geledés/ África e sua diáspora”. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/beatriz-nascimento/>> Acesso em: 23/12/2019.

conceitos de gênero, raça e classe, assim como outras autoras negras brasileiras, como Lélia González.⁴⁸

Beatriz Nascimento reivindicou ainda a figura da transatlanticidade em sua própria imagem. Nascida em Aracaju, é fruto da própria transmigração que investigava: se muda em 1950 com a família para o Rio de Janeiro, em busca de melhores condições de vida. Uma trajetória similar à de outras intelectuais negras, como Lélia, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo.

Os conceitos trabalhados pela historiadora, bem como sua própria trajetória, são espelhos de possibilidades de como podemos pensar os campos de História Atlântica, gênero e pós-emancipação, em conjunto. Imaginar estas mulheres, seus deslocamentos migracionais, a questão da corporeidade e o que estes elementos podem revelar sobre aspectos de experiências também pós-cativeiro são alguns dos pontos que podemos construir. Entender os percursos do pós-abolição de mulheres negras diz respeito às desigualdades e especificidades vividas por elas em contemporaneidade: assim como a História Atlântica, o pós-emancipação não foi, ele ainda é. Podemos ainda, em perspectiva crítica e decolonial, questionar porque autoras como Beatriz Nascimento, apesar de trabalharem noções de transatlanticidade em tempos anteriores, não se tornaram reconhecidas por tal. Alex Rattz liga esse esquecimento a um sintoma da dificuldade da academia em reconhecer autores negros.⁴⁹

A autora Selma Pantoja também elucida a importância dos estudos de gênero para o entendimento das relações atlânticas.⁵⁰ Focando principalmente no aspecto das trocas comerciais, ela analisa a figura das quitandeiras de Luanda, que se inseriam no abastecimento interno das cidades e posteriormente tiveram presença notável nas Américas. Além disso, analisa as consequências desse deslocamento continental para a atividade, como por exemplo,

⁴⁸A professora de Direito norte-americana Kimberlé Crenshaw foi a primeira pessoa a dar nome, em 1989, à questão da interseccionalidade. Para Crenshaw, há uma série de situações que mostram que a intersecção entre identidades diferentes resultaria em processos de discriminação bem específicos. O que a autora argumenta é que, ao se interagirem, categorias como gênero, raça, etnia, posição social ou religião gerariam formas diferenciadas de segregação social. As mulheres negras, por exemplo, vivenciariam uma espécie de “discriminação mista”, na qual a discriminação de gênero perpassaria também à racial, e vice-versa. Mas é importante realçar que autoras negras brasileiras como Beatriz Nascimento já vinham recorrendo o tema. CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics”. *University of Chicago Legal Forum*, 1989, p. 538–554.

⁴⁹RATTZ, Alex. *Eu sou Atlântica*. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza/ Imprensa Oficial, 2006, p. 30.

⁵⁰PANTOJA, Selma. “*Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, séculos XVIII-XIX*”. disponível em <http://www.casadasafricas.org.br/wp/wpcontent/uploads/2011/08/Conexoes-e-identidades-de-genero-no-caso-Brasil-e-Angola-secs.-XVIII-XIX.pdf> acessado em 23/12/19.

a mudança de gênero no ofício comercial e o aparecimento do homem quitandeiro (já que ao tratarmos de estudos de gênero não estamos falando especificamente apenas da História de mulheres). A autora também traz o exemplo dos degredados, aqueles condenados à pena de exílio que foram mandados a regiões como Angola, se casaram com africanas e se tornaram grandes comerciantes locais.

Ao se firmarem no Brasil, segundo Pantoja, as quitadeiras se fixavam em regiões de trabalho lidas como de “perturbação pública”. Além disso encontraram algumas dificuldades, como a concorrência advinda com as baianas comerciantes. Mais do que fazer uma leitura sobre as tradições culturais e comerciais advindas das diversas partes da África, o que interessa principalmente à autora são as reelaborações geradas com o movimento dessas mulheres para as Américas. É possível também obter uma visualização sobre aquelas sociedades, suas estruturações econômicas e seus papéis de gênero a partir dessas trajetórias micro.

A perspectiva atlântica, biográfica e de gênero também é trabalhada por Roquinaldo Ferreira em seu trabalho que aborda os caminhos de José Ferreira Gomes, filho de Florinda Josepa Gaspar e Francisco Ferreira Gomes.⁵¹ Dona Florinda, de origem Benguela, era filha de um chefe africano de Catumbela. Um emblemático personagem de idas e vindas. Ela já era parte da elite local em Benguela, tendo suas relações atlânticas potencializadas em seu casamento com o brasileiro Ferreira Gomes, ex-trafficante de escravos. Trajetórias que elucidam muito sobre a arquitetura das relações angariadas no tráfico entre Brasil e Angola, além da noção sobre abolicionismo e construções sociais e familiares. Não há como falarmos de História Atlântica sem falarmos sobre tráfico.

Beatriz Nascimento, Dona Florinda Gaspar e as quitadeiras de Luanda: mulheres que viveram em locais e temporalidades diferenciadas, mas quando observadas em perspectiva continuada e comparada, revelam os aspectos de como se consolidou a história de mulheres negras no país e ao redor do Atlântico, desde o período colonial até o pós-abolição. Analisar suas biografias é traçar pontos sobre emancipações, identidades múltiplas e as mudanças de aspectos de gênero provocadas pela transatlanticidade, migrações e movimentos. Novamente defendendo o argumento de que para entender como as mulheres negras se encontram, é preciso descortinar os trajetos que as trouxeram até aqui.

⁵¹FERREIRA, Roquinaldo. “Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul”. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, pp.679-695, set/dez 2013.

Devemos entender a importância de compreendermos gênero como uma intitulação que vá além de um conceito, mas como uma categoria histórica analítica, como nos trouxe Joan Scott.⁵² Isso quer dizer que estudar gênero não se limita à análise das diferenças entre homens e mulheres, mas principalmente, em como essas características foram construídas histórica e socialmente. Significa, portanto, que devemos historicizar essas relações. Além disso, devemos ter a compreensão de que a transatlanticidade da História de mulheres negras não se encerra com o tráfico escravo. Seus percursos no pós-abolição estão intrinsicamente ligados a aspectos de movimentação, corporeidade e mudanças de identidades. Nesse sentido, a metodologia trazida pela História Atlântica aparece enquanto essencial para a interpretação desses movimentos, continuidades ou rupturas geracionais.

Considerações finais

Esse trabalho tentou levantar algumas questões acerca das possibilidades do cruzamento entre História Atlântica e a historiografia de outros contextos, como o pós-abolição. Há muitos desafios a serem enfrentados pelos historiadores, ao tentarem desmiuçar conjuntamente esses campos. Seja na busca de arquivos que possibilitem essas análises ou mesmo no cuidado com perigos investigativos, como as seduções que podem incorrer em anacronismos. Mesmo assim, é importante mergulhar nesses objetos para o entendimento dos percursos sociais e construções de identidades.

A metodologia usada na transatlanticidade pode ser um bom recurso, por exemplo, ao tratarmos da memória da escravidão contada pelo viés de descendentes de ex-escravizados. Para isso é necessário que não isolem os aspectos das trocas, deslocamentos e modificações de perspectivas ao longo do tempo. Se a História do pós-abolição é tão atual e presente, a escravidão moderna e os percursos provocados por ela são de suma relevância para a compreensão do que nos tornamos e onde chegamos: precisamos investigar esses aspectos sob a ótica de uma perspectiva também continuada. Visualizar outros objetos, como a própria cultura material e oral, é um dos caminhos.

Analisar os percursos tomados pelas gerações posteriores ao período de emancipação escrava inclusive pode elucidar outras respostas acerca das experiências de liberdade

⁵²SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

vivenciadas pelos descendentes de escravizados. Suas movimentações, a criação de novas percepções, identidades, noções em torno de aspectos como as lutas contra a dominação racial, seja em território nacional ou em outras partes do Atlântico. Para isso, é preciso embarcar em objetos múltiplos e visualizar as trajetórias micro desses personagens como um longo caminho, numa larga perspectiva que permita a visualização da história dessas populações e como podemos entender os contextos históricos a quais estão inseridos, bem como suas continuidades e modificações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. “É chegada a ocasião da negrada bumbar: comemorações da Abolição, música e política na Primeira República”. *Varia história*. 2011, vol. 27, n.45, pp. 97-120.

ASANTE, M. K. *Afrocentricity. The Theory of Social Change*. Chicago: African American Images, 1980.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARMITAGE, David. “Três conceitos de história Atlântica”. *História Unisinos* 18(2):206-217, Maio/Agosto 2014.

BAQUAQUA, Mahommah G. *Biography of Mahommah G. Baquaqua: A native of Zoogoo in the interior of Africa*. Edited by Samuel Moore, Esq. Detroit: George E. Pomery and Co. Tribune Office, 1854.

CHAUNU, Huggette.; CHAUNU, Pierre. 1955-1959. *Seville et l'Atlantique, 1504- 1650*. Paris, Armand Colin, 8 vols. Apud. ARMITAGE, David, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics”. *University of Chicago Legal Forum*, 1989, p. 538–554.

FARIAS; P. F. de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. *Afro-Ásia*, n. 30, 2003, pp. 317-343.

FERREIRA, Roquinaldo. “Biografia como história social: o clã Ferreira Gomes e os mundos da escravização no Atlântico Sul”. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, pp.679-695, set/dez 2013.

FIGUEIREDO, Eurídice. “Os brasileiros retornados à África”. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Diálogos Interamericanos*, no 38, p. 51-70, 2009.

GILROY, Paul. Paulo Gilroy, *O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

LARA, Sílvia Hunold. “Biografia de Mahommah G. Baquaqua”. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n.16, 269-284.1988.

MILLET, Nathaniel. An analysis of the role of the study of the African Diaspora within the field of the Atlantic History. In: *African and Black Diaspora*. Chicago: n.1, 2011, p. 21-34.

MAMIGONIAN, Beatriz. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MATTOS; RIOS. *Memórias do cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004, pp. 170-198.

MILLET, Nathaniel. An analysis of the role of the study of the African Diaspora within the field of the Atlantic History. In: *African and Black Diaspora*. Chicago: n.1, 2011, p. 21-34.

OLINTO, Antônio. *A casa da água*. (1ª edição: 1969). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PANTOJA, Selma. “Conexões e identidades de gênero no caso Brasil e Angola, séculos XVIII-XIX”. disponível em <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wpcontent/uploads/2011/08/Conexoes-e-identidades-de-genero-no-caso-Brasil-e-Angola-secs.-XVIII-XIX.pdf>>.

RATTZ, Alex. *Eu sou Atlântica*. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza/ Imprensa Oficial, 2006.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SCHLICKMANN, Mariana. História da África e História Atlântica: contribuições e possibilidades. *Revista ABPN – v.8, n. 19 – Dossiê Estudos Sobre o Negro em Educação*, 2016.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. “Emergindo do silêncio: libertos e afro descendentes no pós-abolição (1888/1930)”. *4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/luciahelenaoliveira.pdf>>

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995.